

Haddad diz que os lucros serão proporcionais aos riscos

A Resolução 550 do Banco Central, que assegura empréstimos para o financiamento das carteiras de títulos em poder das corretoras contra papéis do governo dados em garantia a taxas diferentes daquelas em vigor no mercado, será gradualmente desativada. O anúncio foi feito ontem pelo diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, ao dar posse à nova diretoria da Associação das Sociedades Corretoras de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo.

Na prática, o esvaziamento dessa resolução começou há cerca de um mês, quando se começou a aplicar essa política em relação às LTN. A medida objetiva dar mais liberdade ao mercado e transferir para as próprias corretoras o risco de suas posições.

A aplicação da Resolução 550 cria uma distorção, segundo Haddad, porque as corretoras, principalmente as pequenas, não se preocupam muito com suas posições excessivamente carregadas. "Agora, aos poucos, essa nova postura do Banco Central passará a ser adotada também em relação às ORTN", anunciou Haddad, lembrando que isso tornaria o mercado mais responsável. Ele não quis adiantar, no entanto, dentro de que prazo a Resolução 550 será totalmente desativada. O objetivo do anúncio, de qualquer maneira, foi permitir às corretoras que se desfaçam, em tempo, de posições que estão acima de sua capacidade de liquidez.

Haddad insistiu no fato de que o risco maior que as corretoras terão de arcar será proporcional às maiores oportunidades de ga-



Cláudio Haddad

A primeira reação das corretoras ao pronunciamento do diretor do Banco Central foi de apreensão, como disse a este jornal o presidente reeleito da Ascesp, Alberto Alves Sobrinho, diretor da corretora Souza Barros.

Se a médio prazo o esvaziamento da Resolução 550 acabará com as distorções do mercado, a curto prazo isso poderá trazer prejuízos às pequenas corretoras posicionadas em ORTN. Isso porque a nova disposição do Banco Central diminuirá a liquidez desse título, cuja rentabilidade ainda não é suficiente para cobrir o custo de financiamento. Só a partir de maio, com a correção monetária a 5,5%, é que a situação poderá melhorar um pouco, de acordo com o cálculo do presidente da Ascesp.